



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11.06.1992
Data de instalação	12.11.1992
Data da última correição	18 a 25.09.2017
Período de correição	27 a 30.08.2018

Aos 27 de agosto de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, relativos ao período de 18.09.2017 a 26.08.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 021/2018 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pela Exmª Srª Juíza Titular da Vara, Rita Leite Brito Rolim, pela Exmª Srª Juíza Substituta fixa, Ana Cláudia Magalhães Jacob, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-



Gestão, Hórus e SAOPJE referentes ao período de 1º.09.2017 a 31.07.2018 (11 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Rita Leite Brito Rolim	28.08.2004 – ATO TRT GP Nº 73/2004

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	11.09.2017 a 10.10.2017	30
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	14.06.2018 a 13.07.2018	30
Total			60

1.1.2 Magistrada Substituta fixa

Juíza Substituta fixa	Fixação na Unidade
Ana Cláudia Magalhães Jacob	12.03.2009 – ATO TRT GP Nº 58/2009

1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Substituta fixa (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	20.11.2017 a 19.12.2017	30
Licença médica	Protocolo TRT Nº 9361/2018	28.06.2018 a 29.06.2018	2
Licença médica	Protocolo TRT Nº 9590/2018	03.07.2018 a 17.07.2018	15
Total			47

1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.



1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **15** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Abílio de Sá Neto	Analista Judiciário - Diretor de Secretaria	12.01.2009
Cynthia Fabel Leal	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	03.09.2004
Elizael Soares Pereira	Técnico Judiciário	04.05.2009
Flávia Raquel Miranda Dias Borges	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	24.08.2004
Joseni Ribeiro de Araújo	Técnico Judiciário - Assistente IV	18.07.2007
Lúcio Flávio da Silva	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	03.09.2004
Manoel dos Santos Lima	Analista Judiciário - Assistente III	16.11.1992
Marcelo Moreira Gouveia Santos	Analista Judiciário - Assistente II	19.06.2015
Maria Aurileide Rocha Lobo	Técnico Judiciário - Assistente III	12.11.2012
Marie Suzanne Malzac	Técnico Judiciário - Assistente IV	02.04.1996
Marília Monteiro Quaresma	Técnico Judiciário - Assistente V	03.09.2004
Olga Leite Sousa Pires de Figueiredo	Técnico Judiciário - Assistente III	04.05.2015
Roner Ribeiro da Silva	Técnico Judiciário – Assistente IV	06.12.2016
Sirlei Aparecida Dias Moura	Técnico Judiciário	28.04.1993
Thelma Íris Sobreira Gomes de Lira	Técnico Judiciário - Assistente IV	13.06.1997

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa adota a divisão de tarefas por faixa processual no SUAP e PJe.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31.07.2018, um acervo processual de **3.557** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.618
Fase de liquidação	84
Fase de execução	1.806
Cartas precatórias e de ordem	49

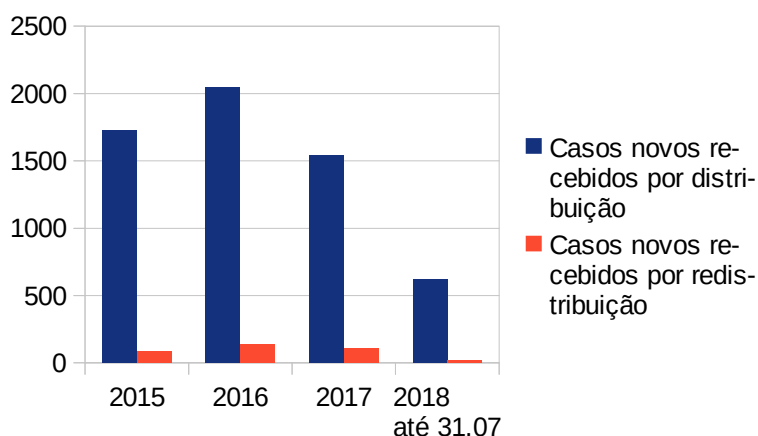
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)



2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos recebidos por distribuição	1.725	2.046	1.539	623
Casos novos recebidos por redistribuição	83	136	105	20
TOTAL	1.808	2.182	1.644	643

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **509**; em 2016, **669**; em 2017, **563** e até 31.07, **350** processos.



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 31.07
Aguardando a 1ª sessão de audiência	298	367	99	123
Aguardando o encerramento da instrução	421	566	364	186
Aguardando a prolação de sentença	36	78	109	93
Total	755	1.011	572	402

2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)



Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	1.268	2.052	1.931	1.618	61,82%	- 5,8%	- 16,2%
Fase de liquidação	25	8	55	19	- 68%	587,5%	65,45%
Fase de execução	1.329	1.459	1.664	1.806	9,78%	14,05%	8,53%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências, atualmente, de segunda a quinta-feira.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

Rito Ordinário	15.10.2018	RTOrd 0000794-88.2018.5.13.0006
Rito Sumaríssimo	17.09.2018	RTSum 0000790-51.2018.5.13.0006
Audiência de instrução	15.10.2018	RTOrd 0000676-15.2018.5.13.0006

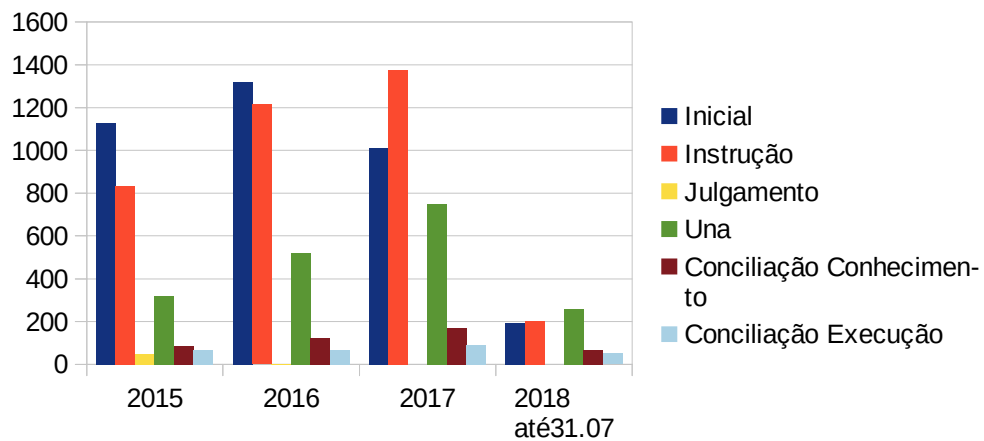
3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)



Item	2015	2016	2017	2018 até31.07
Inicial	1.128	1.318	1.009	194
Instrução	833	1.215	1.377	205
Julgamento	48	1	-	-
Una	318	520	750	259
Conciliação Conhecimento	87	124	169	67
Conciliação Execução	66	65	91	50
TOTAL	2.480	3.243	3.396	775



3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: Pje)

Dos processos submetidos à análise correicional, encontra-se fora de pauta:

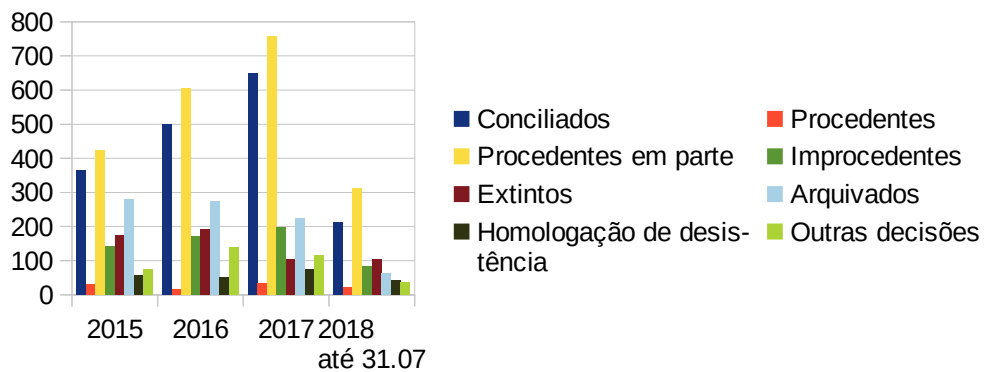
Processo	Justificativa
0001788-87.2016.5.13.0006	Aguardando realização de perícia

3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Conciliados	366	500	650	212
Procedentes	31	17	32	22
Procedentes em parte	424	606	758	311
Improcedentes	141	170	197	84
Extintos	174	193	103	103
Arquivados	280	274	223	63

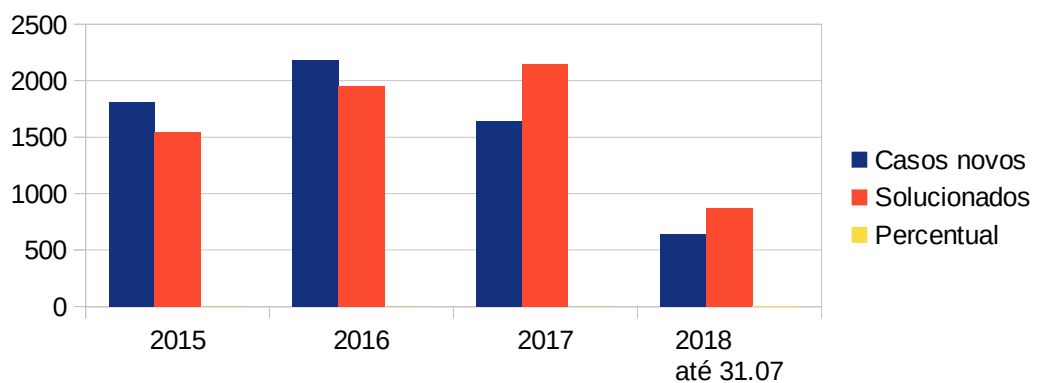


Homologação de desistência	57	52	74	41
Outras decisões	75	139	116	35
TOTAL	1.548	1.951	2.153	871



3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos	1.808	2.182	1.644	643
Solucionados	1.548	1.951	2.153	871
Percentual	85,61%	89,41%	130,96%	135,45%



3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Solucionados	1.548	1.951	2.153	871
Conciliados	366	500	650	212
Percentual	23,64%	25,62%	30,19%	24,33%



Joliete Melo Rodrigues Honorato	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
José Guilherme Marques Júnior	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Luiz Antônio Magalhães	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3

No período correicionado, a Juíza Titular laborou **274** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **2,57** processos/dia. A Juíza substituta fixa laborou **261** dias, com média de produção de **2,22** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar a média de produção.

3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à Arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Rita Leite Brito Rolim	153	33	10	41	-	2	239
Ana Cláudia Magalhães Jacob	59	50	-	14	-	3	126
Aércio Pereira de Lima Filho	4	-	-	1	-	-	5
Albérico Viana Bezerra	3	-	-	-	-	-	3
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	3	11	-	2	-	1	17
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	3	-	-	-	-	-	3
Francisco de Assis Barbosa Júnior	1	-	-	-	-	-	1
Francisco Xavier de Andrade Filho	13	3	-	1	-	-	17
Joliete Melo Rodrigues	-	-	-	1	-	-	1



Honorato							
Luiz Antônio Magalhães	4	-	-	-	-	-	4

3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

RITA LEITE BRITO ROLIM				
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO				
Realizadas	Inicial		291	
	Instrução		233	
	Julgamento		-	
	Una		164	
	Total		688	
	Conciliação	Fase de conhecimento		34
		Fase de execução		23
	Total de audiências realizadas			745

3.3.3 Produtividade da magistrada substituta fixa – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

ANA CLÁUDIA MAGALHÃES JACOB				
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO				
Realizadas	Inicial		256	
	Instrução		256	
	Julgamento		-	
	Una		176	
	Total		688	
	Conciliação	Fase de conhecimento		36
		Fase de execução		21
	Total de audiências realizadas			745

3.4 Índice de congestionamento

3.4.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	1.050	1.511	2.060



Casos novos de conhecimento	1.725	2.046	1.539
Casos pendentes de conhecimento	1.268	1.478	906
Taxa de congestionamento	65%	57%	16%

3.4.2 Índice de congestionamento - fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	472	406	432
Casos novos de execução	431	450	662
Casos pendentes de execução	1.329	1.056	1.225
Taxa de congestionamento	73%	73%	77%

3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 31.07
Embargos de declaração	Recebidos	215	212	287	186
	Baixados	263	170	249	226
	Pendentes	12	53	90	46
Antecipação de tutela	Recebidos	201	353	225	89
	Baixados	148	238	197	43
	Pendentes	30	37	14	15
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	29	23	16	18
	Baixados	21	22	16	13
	Pendentes	10	8	5	9
Embargos à execução	Recebidos	89	80	61	60
	Baixados	80	68	64	56
	Pendentes	27	31	14	15
Embargos à arrematação	Recebidos	-	-	-	-
	Baixados	-	-	-	-
	Pendentes	-	-	-	-
Exceções de pré-executividade	Recebidos	23	19	13	3
	Baixados	23	16	10	2
	Pendentes	4	3	2	2

3.6 Recursos interpostos



PERÍODO: 1º a 31.07.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	46	76	4	1	138
Recurso adesivo	4	4	-	-	7
Agravo de petição	7	1	2	-	23
Total	57	81	6	1	168

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Execuções pendentes	1.046	1.156	1.195	1.389
Execuções iniciadas	432	452	670	402
Recebidos de outros Órgãos	3	6	11	2
Execuções encerradas	312	406	432	304
Remetidos a outros Órgãos	38	6	16	-
Processos arquivados provisoriamente	99	100	97	81
Total de processos pendentes de execução	1.156	1.195	1.389	1.494

3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Recebidas	173	158	108	58
Devolvidas	147	137	121	88
Pendentes de devolução	69	94	78	48

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
-------------	-------------	-------------	-------------



Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	51,44	62,47	40,98
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	59,21	59,65	59,67
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	14,89	19,86	21,32
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	79,37	120	148,09
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	51,95	74,57	59,57
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	117,08	158,17	187,7
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	6,11	21,43	22,3
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	10,03	26,03	25,52
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	54,87	83,16	70,7
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	116,44	164,48	200,47

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017: 71** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **209** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **171** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias) e superior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **83** dias para o rito sumaríssimo e de **169** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **144** dias para os dois ritos.



4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	6,33	27	29,69
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	18,3	25,49	36,95

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	318,44	841,59	785,3
Do início ao encerramento da execução – ente público	597,56	769,34	863,71

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **902** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **608** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **677** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **1.260** dias para o rito sumaríssimo e **677** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **794** dias para os dois ritos.

5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Acordo	SUAP (legado)	1.508.144,72	-	-	-
	PJe	1.381.178,28	3.913.716,59	5.766.376,62	3.551.549,80
Espontâneo	SUAP (legado)	4.949.386,78	3.323.845,64	784.954,90	257.227,97
	PJe	154.322,62	1.456.205,33	2.119.830,56	2.802.150,89



Execução	SUAP (legado)	7.345.357,43	5.784.814,81	1.755.615,62	2.097.541,57
	PJe	20.532,8	791.260,03	659.311,39	831.954,95
TOTAL		15.358.922,63	15.269.842,40	11.086.089,09	9.540.398,18

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Custas processuais	SUAP (legado)	290.534,44	40.253,09	93.114,57	13.443,26
	PJe	107.678,75	302.953,48	518.365,28	432.349,00
Emolumentos	SUAP (legado)	-	5,53	-	-
	PJe	-	-	-	-
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	2.089.882,49	1.829.670,21	773.521,59	551.427,15
	PJe	78.112,41	450.128,14	3.382.249,08	905.283,61
Imposto de Renda	SUAP (legado)	187.604,62	229.720,11	165.907,08	-
	PJe	-	90.662,11	52.221,50	124.225,66
TOTAL		2.753.812,71	2.943.392,67	4.985.379,10	2.026.728,68
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	136.683,86	26.550,18	0,00	1.490,00
	PJe	362.633,32	553.962,87	775.977,08	304.967,45
TOTAL		486.053,68	499.317,18	789.448,57	306.457,45

6 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	56
	PJe	623
	TOTAL	679
INFOJUD	SUAP	70
	PJe	4
	TOTAL	74
RENAJUD	SUAP	91
	PJe	6
	TOTAL	97
BNDT	Processos com registro de dados	287
	Processos com inclusão de devedor	238
	Processos com exclusão de devedor	76
	Processos com devedores inscritos	1.016
	TOTAL	1.617

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

7 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

7.1 Processos analisados

Foram analisados **100** processos por amostragem no PJe e SUAP, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **23** despachos correicionais no PJe e **16** no SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

7.2 Gestão do Sistema Processual

No SUAP, foram identificados **105** protocolos pendentes de juntada ou apreciação e **04** guias de processos não liberadas ou não recepcionadas. Ainda, foram identificados **235** processos no SUAP sem movimentação há mais de 40 dias.



Recomenda a Corregedoria Regional que seja traçado plano de trabalho para regularização imediata das referidas pendências.

7.2.1 Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com pagamentos	886	0131412-29.2015.5.13.0006 Entrada em 02.10.2017
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	33	0001087-92.2017.5.13.0006 Entrada em 1º.08.2017
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	6	0000738-55.2018.5.13.0006 Entrada em 13.08.2018
Processos com petições não apreciadas	134	0001303-87.2016.5.13.0006 Entrada em 09.08.2018
Processos com Petições Avulsas	12	000508-47.2017.5.13.0006 Entrada em 28.06.2018
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	63	0130705-61.2015.5.13.0006 Entrada em 07.05.2015
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	61	0132028-04.2015.5.13.0006 Entrada em 1º.02.2018

A Corregedoria Regional observa que a Secretaria do Juízo não tem dado a devida importância ao controle e acompanhamento de petições contidas nos agrupadores, pelo que determina a imediata adoção e execução de plano de trabalho para gerenciamento e atualização diária dos agrupadores.

7.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	33	RTOrd 0000627-08.2017.5.13.0006 Entrada em 08.08.2018
Análise de Liquidação	9	RTSum 0000779-56.2017.5.13.0006 Entrada em 09.08.2018
Análise de Execução	200	RTOrd 0130039-94.2014.5.13.0006



Entrada em 12.09.2017

A Corregedoria Regional chama a atenção da Unidade para o controle diário das caixas de caráter transitório, uma vez que referidas caixas devem ser mantidas sem processos, ou apenas com aqueles que aportaram no dia.

8 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –	
--	--

IPJ – Índice de Processos Julgados	
------------------------------------	--

Unidades de primeiro grau do TRT	122%
----------------------------------	-------------

Unidade Correicionada	149%
-----------------------	-------------

Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –	
--	--

Unidades de primeiro grau do TRT	153%
----------------------------------	-------------

Unidade Correicionada	141%
-----------------------	-------------

Para efeito de controle da **Meta 1/2018**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **623** casos novos (por distribuição) e **807** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **141%**.

Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015	
--	--

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
---	--

Unidades de primeiro grau do TRT	106%
----------------------------------	-------------

Unidade Correicionada	106%
-----------------------	-------------

Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais	
---	--

IPC – Índice de processos conciliados	
---------------------------------------	--

Unidades de primeiro grau do TRT	84%
----------------------------------	------------

Unidade Correicionada	75%
-----------------------	------------

Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do
--



que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	111%
Unidade Correicionada	99%

Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	114%
Unidade Correicionada	92%

9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, a saber: a) revisar pauta de audiência com 15 dias de antecedência, evitando adiamentos; b) reduzir o prazo para a primeira audiência em 5% ao ano, até alcançar o prazo legal; c) acompanhar, semanalmente, por meio do Sistema Hórus, o efetivo cumprimento das metas CNJ/CSJT, de responsabilidade das varas do trabalho, visando priorizar a movimentação e conclusão dos processos que se encontram impactando no cumprimento das referidas metas; d) aumentar, em 5% ao ano, as sentenças líquidas, a fim de alcançar, em 2020, o percentual de 90%, com o fito de reduzir, na fase de execução, a oposição de embargos à execução e interposições de agravo de petição.

10 IGEST

O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**



De acordo com a nova ferramenta, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa apresenta o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo:

MESOINDICADORES POR COLOCAÇÃO							
Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18				Data da última atualização do relatório: 23/07/2018			
TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> João Pessoa - 10a Vara	1501 a 2000	1º	1º	10º	1º	2º	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01a Vara	1501 a 2000	3º	2º	6º	2º	1º	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05a Vara	1501 a 2000	2º	4º	4º	3º	3º	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06a Vara	1501 a 2000	4º	3º	8º	4º	4º	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02a Vara	1501 a 2000	7º	6º	3º	7º	9º	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04a Vara	1501 a 2000	6º	10º	5º	5º	8º	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08a Vara	1501 a 2000	8º	7º	1º	9º	7º	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03a Vara	1501 a 2000	5º	9º	9º	8º	6º	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07a Vara	1501 a 2000	10º	8º	2º	6º	5º	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09a Vara	1501 a 2000	9º	5º	7º	10º	10º	10º

Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1*):

MESOINDICADORES POR RESULTADO								
Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18			Ordenado pelo IGEST			Data da última atualização do relatório: 23/07/2018		
TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> João Pessoa - 10a Vara	1501 a 2000	0,1666	0,0599	0,7215	0,1138	0,3219	0,2767	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01a Vara	1501 a 2000	0,3418	0,3812	0,4787	0,3042	0,1950	0,3402	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05a Vara	1501 a 2000	0,2967	0,4603	0,4648	0,3484	0,3481	0,3837	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06a Vara	1501 a 2000	0,3742	0,4323	0,5286	0,5479	0,4609	0,4688	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02a Vara	1501 a 2000	0,6308	0,5415	0,4569	0,6007	0,5194	0,5499	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04a Vara	1501 a 2000	0,5533	0,6493	0,4765	0,5574	0,5190	0,5511	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08a Vara	1501 a 2000	0,6446	0,5657	0,4114	0,6249	0,5144	0,5522	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03a Vara	1501 a 2000	0,4238	0,6267	0,5876	0,6204	0,5049	0,5527	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07a Vara	1501 a 2000	0,6861	0,6112	0,4526	0,5942	0,4880	0,5664	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09a Vara	1501 a 2000	0,6463	0,4888	0,5149	0,6649	0,5890	0,5808	10º

*Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade.

11 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:



1 Recomendações gerais:

- a) continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do PJe, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- b) observem regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado, nas situações de sentença ilíquida ;
- c) intensifiquem a prática de uso dos sistemas *on-line*, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);
- d) continuem com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) determinem o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- h) acompanhem a gestão de pauta em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista.

2 Recomendações específicas:

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) abstenham-se de prosseguir com execuções de valores ínfimos de custas processuais e contribuições previdenciárias porque contraproducentes.

**Ao Diretor de Secretaria****1 Recomendações gerais:**

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) incentive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

2 Recomendações específicas:

Inconsistência	Recomendação
RTOrd 0001219-86.2016.5.13.0006 Na intimação expedida pela Vara (id. 90Ffde4), consta nome de testemunha alheia ao feito	Orientar a equipe a dispensar mais atenção quando prática dos atos processuais, de forma a evitar vícios dessa natureza
RTSum 0000251-85.2018.5.13.0006 RTOrd 0000988-59.2016.5.13.0006 RTOrd 0000069-02.2018.5.13.0006 RTOrd 0000415-50.2018.5.13.0006 RTOrd 0001018-60.2017.5.13.0006 Ausência de registro, na movimentação processual, das parcelas pagas dos acordos	Controlar e acompanhar, habitual e rotineiramente, o lançamento de todos os valores pagos na movimentação processual
RTOrd 0001463-78.2017.5.13.0006 Valores pagos lançados acumuladamente na movimentação processual	Orientar a equipe a lançar, mês a mês, os valores pagos e, ainda, observar tratar-se de parcela inicial, intermediária ou final
RTOrd 0001027-22.2017.5.13.0006 Admissibilidade de recurso (AIAP) exercida por despacho Há evidência de que o depósito judicial foi liberado à parte sem a devida juntada de documento (alvará, ofício ou guia assinada)	Alterar o tipo petição do AIAP para petição diversa, de forma a afastar a pendência do recurso para a Unidade Abster-se de liberar qualquer valor às partes sem a devida juntada, no processo, do documento de liberação devidamente



pele juiz) ao feito	assinado pelo juiz ou diretor de secretaria
RTOrd 0001158-94.2017.5.13.0006 Processo despachado em 18.12.2018, só intimada a parte em 27.03.2018 e paralisado desde 15.06.2018	Encaminhar o processo ao fluxo “Sobrestamento” do tipo “Suspendido ou sobrestado o processo por decisão judicial”
RTSum 0131452-11.2015.5.13.0006 Processo paralisado em caixa “Aguardando término dos prazos”, com prazo vencido desde 21.07.2017	Acompanhar, habitual e rotineiramente, os processos que se encontram em controle de prazo para identificação e impulsionamento daqueles não movimentados automaticamente pelo sistema ao fluxo seguinte - “Prazos vencidos”
RTOrd 0001083-55.2017.5.13.0006 Processo indevidamente sobrestado, uma vez que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 0029300-63.2016.5.13.0000 já se encontra arquivado	Proceder à imediata conclusão do feito ao magistrado
RTSum 0001391-28.2016.5.13.0006 RTSum 0000789-03.2017.5.13.0006 Processo em recuperação judicial	Observar teor do art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT
RTOrd 0132059-24.2015.5.13.0006 Processo pendente de arquivamento desde 20.02.2018	Proceder ao imediato arquivamento do feito
RTOrd 0000218-32.2017.5.13.0006 Processo paralisado desde março/2018	Providenciar o imediato impulsionamento do feito
RTOrd 0131558-70.2015.5.13.0006 RTOrd 0000981-67.2016.5.13.0006 Processos quitados, paralisados desde janeiro e fevereiro, respectivamente	Proceder à imediata conclusão dos feitos ao magistrado
RTSum 0001179-70.2017.5.13.0006 RTOrd 0130088-78.2014.5.13.0025 Processos paralisados desde 10.05.2018 e 03.07.2018, respectivamente, com depósitos recursais nos autos suficientes à quitação dos débitos RTOrd 0131211-37.2015.5.13.0006 Processo com depósito judicial desde 19.07.2018	Proceder à conclusão dos feitos ao magistrado para imediata liberação de valores
RTOrd 0131188-91.2015.5.13.0006 RTOrd 0131379-39.2015.5.13.0006 Processos paralisados desde o final de 2017	Proceder ao imediato impulsionamento dos feitos
RTOrd 0000642-11.2016.5.13.0006 RTSum 0000051-78.2018.5.13.0006 RTOrd 0130576-56.2015.5.13.0006 RTOrd 0130576-56.2015.5.13.0006	Diligenciar junto aos processos que se encontram no fluxo “Cumprimento de providências – exec” para o imediato impulsionamento dos 127 processos que ali



RTSum 0001172-15.2016.5.13.0006 RTOrd 0000743-48.2016.5.13.0006 RTOrd 0001592-20.2016.5.13.0006 Processos paralisados em caixa “Cumprimento de providências – exec” (127 processos). A maioria com despachos pendentes de cumprimento	se encontram Orientar a equipe a praticar os atos processuais no prazo estabelecido pelo art. 228 do CPC
Protocolos e processos paralisados no SUAP	Estabelecer rotina de trabalho para o imediato impulsionamento dos feitos do SUAP que se encontram paralisados há mais de 40 dias, bem assim dos protocolos não apreciados

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”;
- c) procedam ao registro, na movimentação processual, de todos os pagamentos e arrecadações efetuados, seja do valor integral ou parcial do crédito exequendo, seja de parcelas de acordo, bem como de recolhimentos das custas processuais, contribuições previdenciárias e imposto de renda.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Unidade se destaca pelos bons índices praticados na Meta 1 do CNJ: **149%** no ano de 2017 e, neste exercício, já atinge **141%**, bem assim por ter praticado a melhor taxa de congestionamento da fase de conhecimento no exercício de 2017 (**16%**) em relação às demais Unidades do Regional, cujos índices variam até **60%**.

Por outro lado, é de se ressaltar que, não obstante tenha reduzido o tempo de duração do processo, especificamente do início da fase de execução até seu encerramento, de **794** dias em 2016 para **677** dias no exercício de 2017, a Unidade



apresentou um aumento no quantitativo dos processos nessa fase - de **1.217** na correição anterior para **1.494** no atual período -, motivo pelo qual solicita aos integrantes da Vara que canalizem esforços para intensificar a solução dos processos de execução, de forma a assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5 do CNJ, cujo índice já se apresenta na ordem de **92%**.

Ainda, constatou a Corregedoria Regional a existência de processos paralisados e atraso no cumprimento das determinações judiciais, pelo que ressalta a necessidade de canalização de esforços em busca de otimização de rotinas para maior celeridade e efetividade, sem desprezar a qualidade da prestação jurisdicional.

13 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador Corregedor visitou a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com as Magistradas – Titular e Substituta fixa - e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.

14 AGRADECIMENTOS

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular, Rita Leite Brito Rolim, à Juíza Substituta fixa, Ana Cláudia Magalhães Jacob, ao Diretor de Secretaria, Abílio de Sá Neto, e aos servidores Cynthia Fabel Leal, Elizael Soares Pereira, Flávia Raquel Miranda Dias Borges, Lúcio Flávio da Silva, Marcelo Moreira Gouveia Santos, Maria Aurileide Rocha Lobo, Marie Suzanne Malzac, Marília Monteiro Quaresma, Olga Leite Sousa Pires de Figueiredo, Roner Ribeiro da Silva e Thelma Íris Sobreira Gomes de Lira, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.



15 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 30 de agosto de 2018.

WOLNEY DE
MACEDO
CORDEIRO:103
147770

Assinado de forma digital por WOLNEY
DE MACEDO CORDEIRO:103147770
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Cert-IUS
Institucional - A3, ou=Autoridade
Certificadora da Justiça - ACJUS v4,
ou=TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
13A REGIÃO-TRT13, ou=MAGISTRADO,
cn=WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770
Dados: 2018.08.30 17:20:39 -03'00'

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Desembargador Corregedor